



FÉ E POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLITICO DE MARTIM LUTERO

FAITH AND POLITICS: AN INTRODUCTION TO THE POLITICAL THOUGHT
OF MARTIM LUTERO

*Rodolfo Gaede Neto**

*João Henrique Stumpf***

*Daniel Pagung****

RESUMO

O artigo busca identificar interpretações e interações de Martim Lutero com a política institucional de seu tempo, a partir da análise de alguns de seus escritos, em especial seu comentário ao Magnificat de Maria e do escrito Da Autoridade Secular. Na Idade Média, era inconcebível pensar Igreja e sociedade separadamente. Essa íntima relação entre o poder da igreja e o poder político da época e a respectiva relação do reformador com os dois poderes o levou a refletir sobre a relação entre política e igreja na sociedade. Tais reflexões estão contempladas em alguns de seus escritos. O presente artigo analisa de forma mais sistemática dois deles. Na interpretação do Magnificat, Lutero exortou as autoridades seculares a olharem para os pobres e marginalizados, buscando o bem comum ao invés de seus próprios interesses ou dos grupos já favorecidos economicamente. No escrito Da Autoridade Secular, orienta as autoridades seculares a agirem cristãmente, identificando os limites e incumbências de sua ação na sociedade. Afirma que a autoridade secular não deve decidir sobre questões de fé; tampouco, a Igreja deve almejar decidir sobre questões que competem ao poder político. As teses defendidas pelo reformador mostram-se extremamente

* Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia, Professor titular do Programa de Pós-graduação da Faculdades EST. Área de atuação: Teologia Prática.

** Doutorando e mestre em Teologia pela Faculdades EST.

*** Especialista em Ministério Eclesiástico na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).



atuais e proféticas diante da realidade política brasileira e do respectivo papel das igrejas nesse cenário.

Palavras chaves: Martim Lutero; Política; Doutrina dos dois reinos; Magnificat; Autoridade secular.

ABSTRACT

The article seeks to identify interpretations and interactions of Martin Luther with the institutional politics of his time, based on the analysis of some of his writings, especially his commentary on the Magnificat of Mary and the writ of Secular Authority. In the Middle Ages, it was inconceivable to think about church and society separately. This intimate relationship between the power of the Church and the political power of the time and the relationship between the reformer and the two powers led him to reflect on the relationship between politics and the Church in society. Such reflections are contemplated in some of his writings. The present article analyzes in a more systematic way two of them. In interpreting the Magnificat, Luther urged secular authorities to look to the poor and marginalized, seeking the common good rather than their own interests or groups already economically favored. In the Secular Authority's writing, it guides secular authorities to act in a Christian way, identifying the limits and mandates of their action in society. It asserts that secular authority should not decide on matters of faith, nor should the Church aim to decide on issues that are in competition with political power. The theses defended by the reformer are extremely current and prophetic in the face of the Brazilian political reality and the respective role of the churches in this scenario.

Keywords: Martin Luther; Policy; Doctrine of the two kingdoms; Magnificat; Secular Authority.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia, provavelmente, a maior crise democrática de sua breve democracia. Grande parte dos eleitores não mais se sentem representados pelos membros eleitos do executivo e legislativo. O grande número de votos brancos e nulos nas últimas eleições presidenciais (2018) comprovam essa tese. Legalidade e legitimidade deixam de ser sinônimos no atual momento. A polarização profunda e crescente impede o diálogo, elemento central para qualquer democracia saudável.

Nesse quadro nebuloso as igrejas cristãs estão diretamente envolvidas, tanto pelo fato das pessoas cristãs se afirmarem como cidadãos, participantes da política institucional, mas também pela existência de grupos como a bancada evangélica, que parece confundir o papel da religião na democracia. Nesse contexto as igrejas são chamadas a entenderem qual é o seu lugar e quais as contribuições que podem oferecer em

meio a crise que prejudica especialmente os grupos e pessoas que mais necessitam da ação do Estado, a saber, as menos favorecidas economicamente.

Para responder a esse desafio, tanto as igrejas como as pessoas cristãs são desafiadas a revisitar seus fundamentos bíblicos, teológicos e históricos com vistas a alcançar um discernimento razoável para se articularem na atualidade. O presente artigo busca em reflexões do reformador Martim Lutero aportes que podem auxiliar as pessoas cristãs e as igrejas protestantes a compreender com maior clareza a relação entre fé cristã e política, com vistas a articular ações diaconais que possam contribuir na construção de um Brasil mais justo para todos e todas.

2 CONTEXTO ECLESIAÍSTICO E POLÍTICO DA REFORMA

Na Idade Média, época em que viveu Martim Lutero, religião e política eram coisas intrínsecas, conforme explica Wachholz: “Na época, havia a concepção de *corpus Christianum* (comunidade política cristã), isto é, não se concebiam religião e vida secular, separadas” (WACHHOLZ, 2010, p. 13). Nesse contexto existia o conceito de cristandade, conforme define Dreher: “A cristandade é um todo político e social, um corpo dividido em estamentos, dirigido por um braço espiritual e outro secular, com duas cabeças: o papa e o imperador” (DREHER, 2013, p. 229).

Martim Lutero viveu num período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Nesse período já estava crescendo na sociedade um anseio por reformas profundas na igreja e na sociedade. A Idade Média tardia, contudo, foi um período de crise, a qual questionou os valores que, até então, eram indiscutíveis. E essa crise não demoraria para chegar na principal promotora desses valores, a saber, a igreja. Muitas críticas passaram a ser dirigidas aos papas por se preocuparem demasiadamente com o poder secular em detrimento da sua função como líderes espirituais da igreja. O desvio de função da hierarquia eclesiástica levou a uma grande crise moral na cúria romana. Seus líderes passaram a ficar mais conhecidos pelas suas vidas desregradadas, do que pela tarefa de pregar a palavra de Deus, conforme atestam as palavras de Lindberg: “O papado tornou-se uma corte renascentista italiana, e havia uma percepção cada vez maior de que o papa nada mais era do que um príncipe

italiano cujos problemas e interesses passaram a ser locais e egoístas, e não universais e pastorais” (LINDBERG, 2001, p. 70).

A preocupação excessiva com o dinheiro estava ligada à necessidade de cobrir os altos gastos com a cúria romana. Para isso, foi criado um elaborado sistema de taxas e impostos, os quais castigavam cada vez mais a população. “Os críticos começaram a murmurar que Jesus dera a Pedro a ordem de ‘apascentar minhas ovelhas’ (João 21.15-17), e não de tosquiá-las” (LINDBERG, 2001, p. 60). É por tudo isso que, mesmo quem não concordava com as doutrinas de Lutero, passava a apoiá-lo. Conforme escreveu Lindberg: “às vésperas da reforma, a questão já não era se a Igreja devia ser reformada, mas sim quando” (LINDBERG, 2001, p. 72).

A descoberta de Lutero do Deus misericordioso e amoroso, que justifica o ser humano pela sua graça mediante a fé, intensificou seus questionamentos sobre os abusos da igreja. Escreveu as 95 teses, atacando a venda das indulgências, que, em grande parte, tinham a finalidade de financiar a construção da Basílica de São Pedro, iniciada por Julio II. Mas as teses não foram as primeiras críticas de Lutero às indulgências. Já em 1516 havia feito sermões criticando as relíquias de seu príncipe. O ataque às indulgências partiu de sua preocupação e de seu compromisso pastoral para com seus paroquianos em Wittenberg.

Certamente, isso fez com que a Igreja se voltasse contra Lutero, pois esse atacara uma das principais fontes de renda da cúria romana. Em 1520, após o Debate de Heidelberg, foi expedida a bula *Exsurge Domini* condenando Lutero. A referida bula listava 41 erros que Lutero teria cometido e lhe dava o prazo de 60 dias para se retratar. Caso não o fizesse, “até mesmo sua memória deveria ser apagada” (LINDBERG, 2001, p. 109). Porém, isso não era tão simples de fazer. A essa altura, o apoio ao reformador era grande. Não só os humanistas se colocaram ao lado de Lutero, mas também grande parte da nobreza (LINDBERG, 2001, p. 110).

Diante desses fatos, a igreja pressionava Carlos V a condenar Lutero. Todavia, o imperador tropeçava no juramento do dia de sua coroação, dizendo que nenhum alemão seria condenado sem antes ser ouvido por um grupo de juízes imparciais. Assim sendo, Carlos V permitiu que Lutero fosse ouvido e investigado na Dieta de Worms (1521). Na referida Dieta, Lutero foi convocado a se retratar e negar aquilo

que havia escrito. Este, recusou-se e afirmou que, se fosse convencido pelo uso da razão por meio das escrituras que aquilo que escreveu e ensinou estava errado, ele mesmo queimaria seus livros.

Neste evento é possível identificar algumas ideias sobre política que vieram a ser desenvolvidas mais tarde. Lutero afirmara na Dieta que ninguém deve ser coagido em questões de fé pelo poder secular. Após a Dieta, Lutero se tornou proscrito pelo Império e ficou recluso no castelo de Wartburgo, onde foi mantido em proteção e traduziu o Novo Testamento para o alemão.

O tópico que segue apresentará alguns escritos sobre política do reformador Martin Lutero. Destacar-se-á algumas ideias centrais do seu pensamento político e a relação Igreja e Estado.

3 O MAGNIFICAT (INTERPRETAÇÃO DE LC. 1. 46-55)

O primeiro escrito para entender o pensamento político de Lutero é sua interpretação do Magnificat de Maria (Lc. 1. 46-55). O reformador iniciou a escrita do referido texto pouco antes de ser convocado para a Dieta de Worms (1521). Conseguiu concluí-lo enquanto estava exilado no castelo de Wartburgo após a Dieta. “Nesse escrito, encontramos uma verdadeira teologia pentecostal, pois Lutero destaca que teologia cristã só se consegue fazer na força do Espírito” (ZWETSCH, 2016, p. 5-6).

Inicia o escrito com uma ideia que será central ao longo do texto: Afirma que “Deus é um Senhor que não faz outra coisa do que exaltar o que é humilde, de humilhar o que é elevado, em suma, de quebrar o que está feito e refazer o que está quebrado” (LUTERO, 1996, p.23). Para Lutero essa é a lógica da ação política de Deus na história:

(...) até o fim do mundo todas as suas obras consistem em fazer algo precioso, honroso, bem-aventurado e vivo do que nada é, do que é insignificante, desprezado, miserável, morto; por outro lado, reduzir a nada, a desprezado, miserável e moribundo tudo que é algo, que é precioso, honroso, bem-aventurado, vivo (LUTERO, 1996, p.23).

Justamente por isso, Deus dá uma atenção especial às pessoas mais humildes e desprezadas, demonstra misericórdia aos que nada são e nada têm na sociedade.

Ele olha para baixo, para as profundezas. “Por isso, essa maneira de ver as coisas, de olhar para a profundidade, para a miséria e desgraça, é exclusiva de Deus; ele está junto a todos que se encontram na profundidade, como diz Pedro: ‘Resiste aos soberbos, aos humildes concede a sua graça’ (1 Pe 5.5)” (LUTERO, 1987, p. 24).

Para Roberto E. Zwetsch a perspectiva pela qual Lutero desenvolve sua interpretação confere profundas implicações na vida de fé das pessoas cristãs e em suas ações diaconais:

Quem se descobre agraciado por Deus aprende a olhar não para cima, como normalmente se pensa, mas para baixo, para o outro desprezado e sem valor. Poderíamos dizer mais: aprender a olhar para os lados, para outras culturas e povos e se solidarizar com sua luta por paz, vida e dignidade. É junto a essas pessoas que Deus se revela e nos questiona. Deus não olha para cima, porque não há nada acima dele. Por esta razão somente olha para baixo, nunca para o alto (ZWETSCH, 2016, p. 7).

Para Lutero a percepção de que Deus dá uma atenção especial às pessoas oprimidas e marginalizadas traz profundas implicações para a política. Por isso, ele é categórico em afirmar que o principal e único critério para o sucesso de um governo é o bem-estar do povo:

Pois quando um senhor ou uma autoridade não tem amor a seu povo e apenas se preocupa com seu próprio bem-estar e não como melhorar as condições de vida de seu povo, este já está perdido. Exerce sua autoridade apenas para a perdição de sua alma, e de nada lhe adiantará instituir grandes celebrações, conventos, altares, isso ou aquilo. Deus exigirá prestação de contas de sua posição e do exercício de seu cargo, e não se importará com qualquer outra coisa (LUTERO, 1987, P. 77).

Para Lutero, à semelhança do olhar de Deus, o compromisso principal da pessoa pública é olhar para as pessoas humildes e desprezadas. É em favor destas que os governantes devem atuar. Mas, lamentavelmente, já no século XVI não era isso que ocorria. Lutero percebe que a maioria dos governantes de sua época estavam sendo orientados por interesses próprios e dos grupos economicamente mais abastados da população: “Eles olham para cima e não para baixo. Se olhassem para baixo, veriam a muitos que não têm sequer a metade do que eles têm (...)” (LUTERO, 1996, p. 43). Para Lutero estavam claros os motivos que levavam os governantes a se corromper:

Pois o grande patrimônio, a muita honra, os amplos poderes, a alta estima, além dos bajuladores, que jamais faltam a um senhor, tudo isso assedia logo o coração de um príncipe, que então o levam a soberba, a se esquecer de Deus, a desconsiderar o povo e o bem-estar comum, à volúpia, frivolidade, arrogância, ao ócio e, em suma, a toda sorte de injustiça e desmandos, que nenhuma fortaleza ou cidade é sitiada e atacada com tanto ímpeto (LUTERO, 1987, p. 76).

Para Lutero o exemplo pessoal de Maria, que não reivindica glória nenhuma para si, mesmo sendo escolhida para ser a mãe do filho de Deus, é o mais profundo exemplo humano de humildade e serviço. Para o reformador a postura e atitude de Maria deve servir como parâmetro para todas as lideranças políticas: “Assim também deveríamos fazer as obras sem buscar qualquer recompensa ou proveito, por amor da pura bondade de Deus, e nada desejar senão sua complacência” (LUTERO, 1996, p. 35).

4 DA AUTORIDADE SECULAR: ATÉ QUE PONTO SE LHE DEVE OBEDIÊNCIA

Lutero escreveu o texto da autoridade secular por solicitação do duque João Frederico, da Saxônia, e do pregador Wolfgang Stein, então funcionário da corte de Weimar. Seu conteúdo tem por base os sermões proferidos pelo reformador nos dias 19, 24, 25 e 26 de outubro de 1522. Sua redação começou em meados de dezembro de 1522 e sua publicação final ocorreu em março de 1523 (DREHER, 1996, In: LUTERO, 1996, p.80).

Conforme suas próprias palavras, Lutero visa, com esse escrito, instruir as autoridades a agirem cristãmente e até que ponto se lhe deve obediência. Faz duras críticas aos papas que, até então, assumiam também funções seculares, ou, nas palavras do próprio Lutero:

Chegaram ao ponto de não só permitirem que o perfeito Estado dos bispos, sim, o superperfeito Estado do papa assumisse este Estado imperfeito da espada e da autoridade secular, mas conferiram-no a mais ninguém na terra tão plenamente como à categoria dos bispos e do papa. O diabo se apossou de tal maneira dos sofistas e das universidades que eles próprios não mais percebem o que falam ou ensinam (LUTERO, 1996, p. 81).

Lutero repreende o papa por se envolver no governo secular e, ao mesmo tempo, aos príncipes por pretenderem decidir sobre questões de fé. Vale salientar, no entanto,

que o reformador não apregoa uma separação total de Igreja e Estado. Antes, busca definir claramente qual a função de cada um.

Anteriormente a esse escrito, Lutero havia dirigido aos nobres e príncipes uma exortação, por meio do texto *À nobreza cristã da nação alemã*, de como deveriam proceder para exercer a sua autoridade. Todavia, obteve pouco resultado. Nesse sentido, optou por seguir outro caminho: de “escrever agora o que não devem fazer” (LUTERO, 1996, p. 81).

O reformador sustenta que se os cristãos fossem viver conforme a vontade de Deus não necessitariam de governos seculares e leis temporais; conforme suas palavras: “E se todas as pessoas fossem cristãos autênticos, isto é, verdadeiros crentes, não seriam necessários nem de proveito príncipe, rei ou senhor, nem espada nem lei” (LUTERO, 1996, p. 85). E continua: “Assim também todos os cristãos estão maturados de tal maneira pelo Espírito Santo que agem bem e corretamente melhor do que se lhes possa ensinar com todas as leis; eles não precisam para si de leis ou norma. (...)” (LUTERO, 1996, p. 85). Todavia, como nenhuma pessoa consegue cumprir plenamente os mandamentos e leis de Deus, por serem pessoas pecadoras e más, Deus instituiu as leis temporais. Se não houvessem as leis, e cada um agisse conforme seus instintos, o mundo seria um caos e não haveria ordem e nem paz. Foi por isso que Deus instituiu os dois regimentos, a saber, o espiritual, governado pela palavra de Deus, a qual cria pessoas justas e boas; e o secular, governado com a espada, que pune os efeitos sociais do pecado para manter a paz e a ordem (LUTERO, 1996, p. 86).

Sim, é certo que, por causa própria, os cristãos não estão sujeitos a nenhuma lei ou espada, nem delas necessitam. Mas cuida e enche primeiro o mundo de verdadeiros cristãos antes de governá-lo cristã e evangelicamente. Isso, no entanto, jamais conseguirás, pois o mundo e a massa do povo são e permanecem a-cristãos. Os cristãos, porém, como se costuma dizer, moram distantes um do outro. Por isso não é possível que se estabeleça um regime cristão geral para o mundo inteiro, nem mesmo para um país ou uma grande multidão de pessoas. Pois os maus sempre superam os justos em número. Por isso, se um país inteiro ou o mundo se arriscasse a governar com o Evangelho, seria a mesma coisa que se um pastor juntasse no mesmo estábulo lobos, leões, gaviões e ovelhas e os deixasse conviver livremente (...). As ovelhas certamente seriam pacíficas e se deixariam apascentar e governar pacificamente; mas não viveriam por muito tempo, e nenhum animal estaria a salvo do outro (LUTERO, 1996, p. 43).

A pessoa cristã mesmo não precisando da espada, por agir melhor do que qualquer lei temporal possa ensinar, submete-se a ela por causa das outras pessoas, pois não pensa somente em seus próprios interesses, mas busca promover o bem comum. Desse modo, a pessoa cristã paga impostos, honra a autoridade e faz isso de bom grado, pois o mundo necessita da autoridade para manter a paz e inibir os efeitos sociais do pecado. Diante disso, Lutero sustenta que a pessoa cristã tem um compromisso com a manutenção da autoridade, visto que a mesma tem a ver com a manutenção e promoção do bem comum, por isso, se houver necessidade, e se for útil, deve colocar seu nome à disposição para ocupar cargos públicos. Para esse caso, Lutero oferece uma série de orientações:

Neste caso assumirias um serviço e uma função completamente alheia, que não te traria proveito para ti nem para tua propriedade ou honra, mas que é de proveito somente para teu próximo e para outros. E não o farias com a intenção de te vingares ou de pagares mal por mal, mas para o bem de teu próximo e para a preservação da segurança e paz para os outros. Pois para ti mesmo ficas com o Evangelho e te aténs à palavra de Cristo, sofrendo de bom grado a outra bofetada no rosto e entregando a capa com a veste desde que atinja a ti e tua própria causa. [...] Onde se trata de ti e do que é teu, aí agirás de acordo com o Evangelho e sofrerás, como bom cristão, injustiças no que toca a tua pessoa; onde se trata do outro e do que é seu, aí agirás de acordo com o amor e não permitirás injustiça para teu próximo: e isso o Evangelho não proíbe, muito antes, ordena-o em outra passagem (LUTERO, 1996, p. 90).

Após analisar e fundamentar a existência da autoridade e especificar qual a sua função, na segunda parte do escrito Lutero exorta sobre o alcance da autoridade secular. Ou seja, quais os seus limites. Lutero mantém o seu conceito de que o reino de Deus está sob o senhorio de Cristo e o reino secular, sob o regime da autoridade, a qual cumpre a vontade de Deus quando promove justiça e paz. No entanto, ambos os regimentos têm suas próprias leis e um não deve impor sua lei ao outro.

O regime secular tem leis que abrangem apenas corpo e bens, e outras coisas exteriores na terra. Pois sobre a alma Deus não pode nem quer deixar ninguém governar a não ser somente ele. Logo, onde a autoridade secular se atreve a impor uma lei à alma, aí ela interfere no regime divino e somente seduz e corrompe as almas (LUTERO, 1996, p. 97).

Podemos depreender dessas palavras qual o limite da autoridade secular. Ela deve propor leis no que se refere a seu âmbito de atuação, ou seja, deve criar leis somente

sobre coisas terrenas e materiais, não devendo decidir sobre questões de fé, tampouco coagindo alguém a crer desta ou daquela maneira. Lutero é ainda mais claro sobre essa questão quando afirma:

Crer ou não crer é assunto da consciência de cada um e isso não vem em prejuízo da autoridade secular. Por isso ela também deve contentar-se e ocupar-se com seus negócios e deixar que cada um creia isto ou aquilo, como puder e quiser, e não coagir a ninguém. Pois a fé é um ato livre, ao qual não se pode forçar a ninguém. Sim, é, inclusive, uma obra divina do Espírito. Não se pode nem pensar que alguma autoridade externa possa impor ou cria-la. Daí vem o conhecido provérbio citado também em Agostinho: Não se pode nem se deve obrigar alguém à fé (LUTERO, 1996, p. 99).

Como afirmou o reformador, a fé é um ato livre e, como ato livre, não deve ser imposta a ninguém. Ao escrever sobre isso, Lutero provavelmente têm em mente os acontecimentos da Dieta de Worms, quando foi convocado perante o imperador e pressionado a se retratar e negar os seus escritos. Da mesma forma que em 1521, Lutero foi coagido pelo Império a negar o que ensinara até então, passando a confessar a fé oficial do império, ou seja, a fé católica. Hoje, setores fundamentalistas, enraizados no nosso sistema político, pretendem usar o Estado para impor à população seus preceitos cristãos, violando gravemente a liberdade religiosa, que é cláusula pétrea em nossa Constituição. Em todo caso, trabalharemos esse assunto no último tópico desse artigo.

5 PANORAMA DA TEMÁTICA DA RELAÇÃO ENTRE FÉ E POLÍTICA EM LUTERO

Ao longo dos anos, ocorreram várias tentativas de sistematizar o pensamento político de Lutero, visto que ele escreveu conforme as demandas sociais e eclesiais de seu tempo, não deixando nenhuma “doutrina dos dois reinos” sistematizada. Neste sentido, é possível encontrar reflexões de Lutero sobre a referida temática em vários de seus escritos, e não só nos dois textos analisados neste artigo.

Possivelmente é no comentário de Lutero sobre o salmo 821, escrito por volta de 1530, cinco anos após a revolta dos camponeses, que o reformador apresenta de forma

1 Salmo 81. 3,5: v3: Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. v4: Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios. v.5: Eles nada sabem, nem entendem; vagueiam em trevas; vacilam todos os fundamentos da terra. In: BÍBLIA, 2000.

mais pontual o que considera serem as principais incumbências de quem exerce um ofício político. Segundo seu comentário, as tarefas das quais estão incumbidos os governantes estão na perspectiva de assegurar o cumprimento das necessidades dos oprimidos e marginalizados pela estrutura social vigente. Os versículos 2, 3 e 4 apresentam os limites da autoridade política, lembrando que a mesma não deve interferir na livre pregação do Evangelho. Os versículos descrevem as incumbências do poder político, que deve estar comprometido com a promoção do direito, da justiça e proteção aos necessitados (MÜHLHAUPT, 1962, p. 466-485). Altmann analisa a interpretação de Lutero dos três versículos:

Três são as tarefas que Lutero distinguiu aí: primeiramente, garantir a livre pregação do Evangelho, precisamente essa pregação crítica e profética; em segundo lugar, defender o direito e a justiça para com o fraco e desamparado; finalmente, garantir ordem paz e proteção aos necessitados. A sequência das tarefas não é casual. A livre pregação vem em primeiro lugar para que através de sua crítica o poder político seja permanentemente limitado, contestado em sua pretensão à absolutização e lembrado de seus deveres. Em segundo lugar, vem o estabelecimento do direito e da justiça como premissa para o cumprimento da tarefa de manter a ordem, a paz e a proteção. O direito não deve ser quebrado, mas rigorosamente observado. E, por fim, todas as tarefas, segundo o Salmo, não estão a serviço de interesses dominantes, mas sempre na perspectiva de quem é fraco, desamparado, necessitado, injustiçado, oprimido (ALTMANN, 2016, p. 209).

Em linhas gerais, Ulrich Duchrow, ao fazer uma análise da relação entre fé e política em Lutero, sustenta que “é exatamente nas ocupações e instituições seculares que as pessoas devem demonstrar sua fé e seu amor ao próximo e que a Igreja deve prestar um testemunho e um serviço crítico e construtivo (DUCHROW, 1987, p. 13)”. Para Altmann, seguindo as teses de Lutero, tanto a igreja como o Estado são instrumentos de Deus na história, e por isso se vinculam reciprocamente:

O Estado limita e regulamenta a Igreja enquanto instituição social (por exemplo, em questões de propriedade). A Igreja, por sua vez, proclama a vontade de Deus ao Estado (por exemplo, criticando suas arbitrariedades ou convocando-o para transformações políticas, econômicas e sociais necessárias ao bem da cidadania) (ALTMANN, 2016, p. 193).

Por fim, temos que analisar criticamente a postura conservadora de Lutero frente à estrutura política hierárquica de seu tempo, que concentrava o poder político nas

mãos dos imperadores. Lutero não questiona tal estrutura, antes afirma que a mesma foi instituída por Deus, devendo ser respeitada pelos cidadãos.

Pois mesmo que Sua Majestade proceda injustamente e transgrida sua obrigação e juramento, isto não anula sua autoridade imperial e a obediência de seus súditos, enquanto o império e os príncipes-eleitores o considerarem imperador e não o destituírem. Afinal de contas, o imperador ou o príncipe que agir contra todos os mandamentos de Deus não deixa de ser imperador e príncipe, tendo para com Deus obrigação e juramento muito mais elevados do que para com as pessoas humanas. Se fosse permitido resistir à Majestade Imperial quando ela agisse injustamente, então se poderia fazer-lhe oposição todas as vezes que ela proceder contra Deus; desta forma não restaria, certamente, autoridade nem obediência alguma no mundo, porque qualquer súdito poderia alegar este pretexto de que sua autoridade superior estaria praticando injustiça contra Deus (LUTERO, 1996, p. 135).

E concluiu, resumindo:

O pecado não anula a autoridade nem a obediência, mas a punição as anula, isto é, se o império e os príncipes-eleitores destituíssem unanimemente o imperador, de modo que deixasse de sê-lo. Caso contrário, enquanto ele permanecer impune e continuar imperador, ninguém deve negar-lhe obediência ou opor-se a ele. Pois isto é rebelião, é começar o tumulto e a discórdia (LUTERO, 1996, p. 135).

O conservadorismo de Lutero em relação à estrutura política de seu tempo parece estar ligado à sua posição pessoal fortemente ligada aos príncipes, os quais serão determinantes para suas intenções ligadas à reforma; serão eles os “sumo-pontífices” das comunidades oriundas da reforma.

Lutero acredita que toda sociedade deve ter pessoas que sejam responsáveis por administrar, ou seja, governantes. Para ele, é o próprio Deus quem instituiu os governos para que a ordem fosse mantida. A noção de uma sociedade em que não haja nem superiores e nem subordinados é rejeitada pelo reformador, uma vez que ele sustenta que os superiores têm o dever de cuidar de seus subordinados. Na sua compreensão, a gênese da injustiça não está nos “tronos”, mas sim na forma em que os poderosos governam suas nações. E dessa forma, entende que a profecia trazida pelo Magnificat quer comunicar que os poderosos que não cumprirem seu mandato de promover justiça e temer a Deus serão destronados e reduzidos a nada (BRANDT, 2006. p. 65).

Lutero não vislumbra uma sociedade isenta de estrutura hierárquica. Por isso, investe toda sua argumentação em cobrar uma conduta coerente dos poderosos. Para Lutero, através dos príncipes seria possível fomentar uma mudança que beneficiasse todas as pessoas. Estava claro para ele que a política, independentemente de sua estrutura, deveria estar sempre a serviço da vida, conforme sustenta Vítor Westhelle: “A Política é instituída por causa da produção e reprodução da vida, e não ao contrário” (WESTHELLE, 2013, p. 327).

Cabe aos leitores e leitoras de Lutero entendê-lo como um ser humano fruto de seu tempo, imerso num conjunto de determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais, restritos à sua realidade específica. Por tudo isso devem ser consideradas suas limitações e imperfeições, que se tornam visíveis em várias de suas reflexões. Por tudo isso, seu critério hermenêutico “*was Christum treibet*”, “o que promove a Cristo”, deve ser aplicado inclusive a seus próprios escritos.

6 RELEVÂNCIA DAS REFLEXÕES SOBRE FÉ E POLÍTICA EM LUTERO DIANTE DE ASPECTOS DO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

A percepção de Lutero de que tanto a igreja como o Estado são instrumentos da vontade de Deus no mundo, vontade esta que tem a ver com a luta por justiça contra a injustiça, liberdade em lugar de opressão, vida ao invés de morte, permite que as duas instituições cumpram seus mandatos em parceria. O reconhecimento de que tanto a Igreja como o Estado são organizações compostas por seres humanos, imperfeitos e limitados, e por isso sempre organizações aperfeiçoáveis e passíveis de críticas, é um pressuposto fundamental para que haja diálogo e parceria.

O aspecto medular da doutrina dos dois reinos de Lutero de que a autoridade política não pode pretender governar sobre questões que dizem respeito unicamente à fé das pessoas, nos ajuda na tarefa de discernir e avaliar fenômenos presentes na política institucional brasileira, como a bancada evangélica, que busca promover e defender pautas que são de interesse de apenas algumas denominações cristãs, pretendendo impô-las à totalidade da população brasileira: “Eles conseguiram avançar em propostas mais conservadoras, como a retirada da palavra ‘gênero’ no Plano Nacional de Educação, realizaram audiências e comissões para tentar barrar qualquer direito

da comunidade LGBT e das mulheres” (BENINELLI, 2017). Segundo a perspectiva de Lutero, é questionável a postura dos parlamentares quando buscam impor conteúdos e valores de sua fé, não comprometidos com o bem-estar comum, utilizando o nome de Deus para sustentar e justificar pautas e projetos que ameaçam ainda mais a dignidade e os direitos de pessoas e grupos historicamente excluídos e marginalizados. Por outro lado, para Lutero fé é um ato livre, entregue unicamente à ação do Espírito Santo, não necessitando do Estado para obrigar as pessoas a crer e obedecer a valores e pressupostos, que dizem respeito unicamente a fé cristã.

Ao mesmo tempo em que o Estado não deve interferir em questões de fé, é imperativo que ele garanta serviços básicos para todas as pessoas, sem distinção. Lutero não se mostra neutro politicamente, antes sustenta uma perspectiva que prioriza os grupos e pessoas que mais necessitam do poder do Estado. Os escritos de Lutero analisados nesse artigo afirmam o compromisso especial que a autoridade política tem com as pessoas pobres e necessitadas. Na visão do reformador, uma política feita a partir das demandas dos grupos e pessoas privilegiados economicamente é corrupta em sua raiz. Essa insistência de Lutero em sustentar uma perspectiva política comprometida com os grupos e pessoas mais pobres e vulneráveis é extremamente atual no contexto latino-americano, que vivência um processo de aumento das desigualdades sociais: A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) afirmou por meio de dados que a América Latina juntamente com o Caribe continuam sendo, mesmo após uma década de redução de desigualdades, as regiões economicamente mais desiguais do mundo (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018). Como consequência direta ocorre um aumento significativo da pobreza, que já alcança 30,7% da população (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017). Diante disso, a visão política de Lutero compromete as igrejas protestantes a desenvolverem iniciativas para diminuir a desigualdade social no continente.

A perspectiva de serviço, ensinada por Maria e comentada por Lutero, deve levar nossas lideranças políticas a se assumirem como verdadeiros servidores do povo e jamais utilizar a religião para promover injustiças e corrupção. O critério para o sucesso de um governo será sempre o bem-estar do povo, que só pode ser alcançado mediante políticas de redistribuição de renda, no contexto latino-americano. Nesse sentido, os textos de Lutero nos desafiam a discutir a política a partir de projetos e de

perspectivas de governo, e não somente a partir de candidatos ou de candidatas específicas. Consideramos que este seja um elemento fundamental para o quadro de extrema desigualdade social e grande polarização política em que hoje vive o Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo abordar o pensamento político do reformador Martin Lutero. Para isso, foi trabalhado brevemente o contexto histórico da reforma protestante e foram analisados alguns dos principais escritos políticos de Lutero, destacando as principais ideias por ele desenvolvidas. Tomando-se por base essas ideias e o atual cenário político brasileiro, fez-se um breve exercício de contextualização e atualização.

As possibilidades de contribuições do pensamento de Lutero para o momento político brasileiro são enormes. Esse pensamento auxilia na compreensão da política como instrumento para a promoção do bem comum na sociedade, que prioriza sempre os grupos e pessoas mais pobres e vulneráveis. Ajuda na compreensão do papel da igreja e do Estado, ambos como instituições a serviço da vontade de Deus no mundo, que se traduz na busca por paz e justiça no mundo. As contribuições de Lutero são enormes para a construção de um Estado que seja efetivamente laico, que permita e promova as mais variadas expressões religiosas de seu povo, não assumindo nenhuma manifestação religiosa como sua. Por fim, temos que reconhecer que as reflexões aqui apresentadas não conseguem dar conta a contento da riqueza da temática proposta.

Ademais, nem mesmo Lutero, tendo sido voz profética em seu tempo, está imune a críticas. Lutero foi absolutamente revolucionário para sua época. Porém, é preciso vê-lo como filho de seu tempo. Questionável em suas formulações é o fato de ter mantido e sustentado como sagrada a estrutura hierárquica na política de seu tempo. Agora não mais com o poder na Igreja, mas no Estado. As decisões continuaram partindo de cima para baixo, sem uma participação democrática do povo.

É preciso ter claro que qualquer instituição, por melhor que seja, não está imune em relação aos equívocos gerados pela própria presença humana, permeada por limites e imperfeições. Como pessoas cristãs somos sempre povo a caminho. Caminhamos

em direção à plenitude do Reino de Deus, que desde já ilumina os tempos sombrios da política brasileira.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **Lutero e libertação**: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. 2ª. Edição, revisada e ampliada. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

BENINELLI, Talita. Os parlamentares religiosos tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica. 2017. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html> Acesso em: 17 de Set 2018.

BÍBLIA. Português. Almeida. 1993. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BRANDT, Hermann. **Espiritualidade**: vivência da graça. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2006.

CODINA, Victor. Qual a raiz da Teologia da Libertação? In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (Org.). **Teologia da libertação**: novos desafios. São Paulo: Paulinas, 1991.

DREHER, Martin Noberto. **História do povo de Jesus**: uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

DUCHROW, Ulrich. **Os dois reinos: uso e abuso de um conceito teológico luterano**. São Leopoldo: Sinodal. Ano 1987.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LUTERO, Martinho. Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. Martinho Lutero: **Obras selecionadas**. Tradução: Ilson Kayser. V.6. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.

LUTERO, Martinho. O Magnificat. In: Martinho Lutero: **Obras selecionadas**. Tradução: Ilson Kayser. V.6. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia. V. 06, 1987.

LUTERO, Martinho. Um conselho do Doutor Martinho Lutero se é permitido resistir com razão ao imperador se ele quer usar de violência contra alguém por causa do Evangelho. In: LUTERO, 1996.

MÜHLHAUPT, Erwin (ed.). **D Martin Luthers Psalmen-Auslegung**. Göttingen: V&R, 1962.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. América Latina e Caribe é região mais desigual do mundo, revela comissão da ONU. **ONUBR**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>>. Acesso em 14 Set. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. CEPAL: pobreza aumenta na América Latina e alcança 30,7% da população. **ONUBR**. 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/cepal-pobreza-aumenta-na-america-latina-e-alcanca-307-da-populacao/> >. Acesso em 21 Ago. 2018.

WACHHOLZ, Wilhem. **História e teologia da Reforma**: introdução. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

WESTHELLE, Vítor. Poder e política: incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine. **Lutero**: um teólogo para tempos modernos. São Leopoldo: Sinodal; Faculdades EST, 2013.

ZWETSCH, Roberto E. Lutero, Justiça Social e Poder Político: aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos. In: **Cadernos teologia pública**. Ano XIII. Vol. 13. N. 113. São Leopoldo, 2016, p. 5-6.